

Uma Crise Moderna

Perante a Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da Assembleia da República, foi apresentada em 2004, uma brevíssima súpula de um estudo desenvolvido pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, denominado Família e Políticas Públicas, já publicado pela editora Principia.

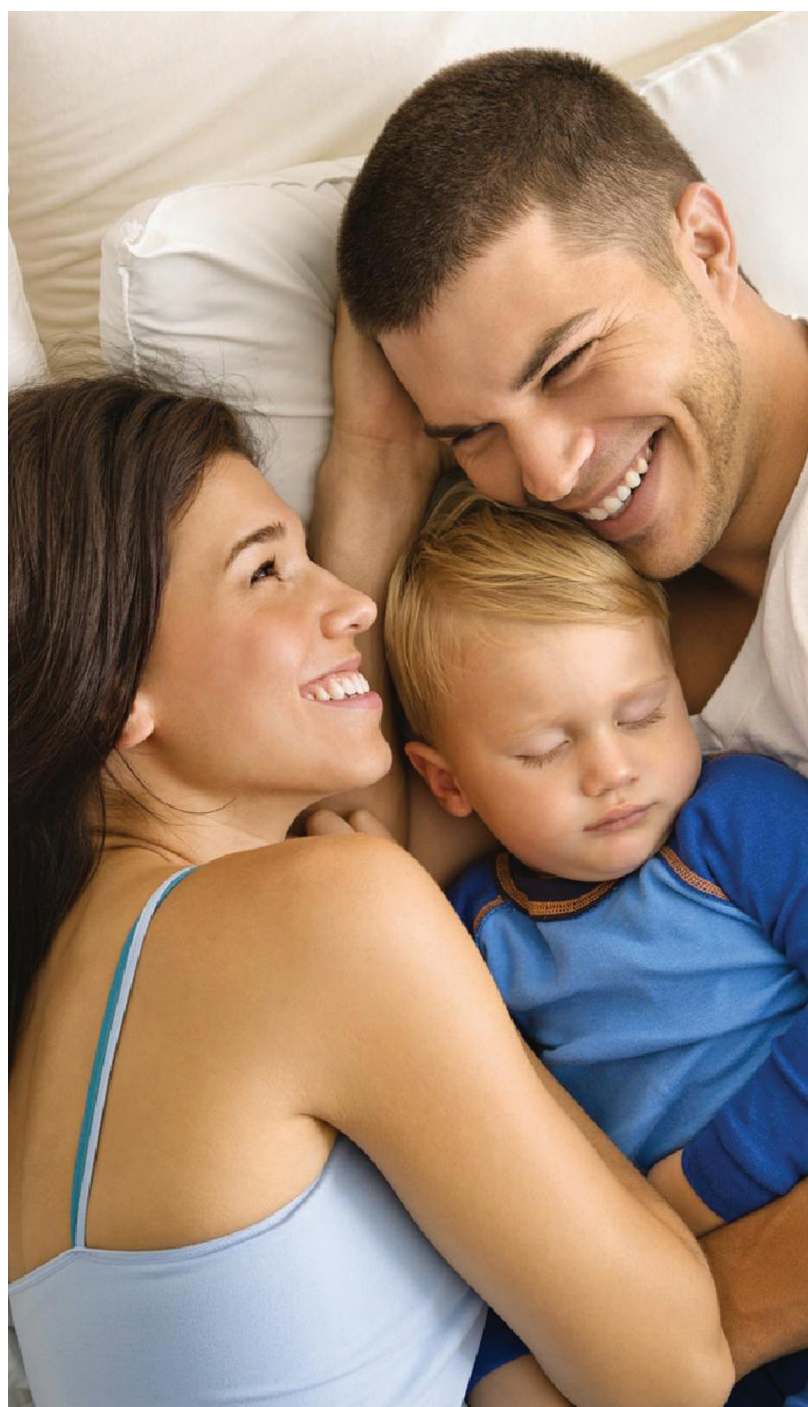
Este trabalho de investigação, solicitado e patrocinado pela Associação Cristã de Empresários e Gestores, foi coordenado pelo Prof. Doutor João Carlos Espada e teve por objectivo essencial dar conta do debate gerado em torno das consequências, quer pessoais, quer sociais, da erosão da família nuclear nas últimas décadas do nosso tempo.

A sessão da comissão, aberta pelo presidente da Assembleia da República, Dr. João Bosco Mota Amaral, contava com uma numerosa e atenta audiência que, para além de deputados de diferentes sensibilidades políticas, incluía jornalistas, representantes de instituições da sociedade civil, organismos governamentais, estudantes e cidadãos interessados nestas matérias.

A apresentação partiu da constatação empírica do crescimento de tipologias familiares alternativas nos últimos 30 anos em Portugal, nomeadamente a coabitação e a monoparentalidade de mães sós. O projecto confronta o ouvinte e leitor com dados relativos aos nascimentos fora do casamento e informações sociais relativas aos progenitores que, passando pela idade, a inserção profissional e os níveis de instrução, mostram a vulnerabilidade das partes quando inseridas nestas estruturas familiares, por contraposição às suas congéneres da família biparental fundada no casamento.

Alguns dados são perturbadores. No ano de 2000, em Portugal, 22% de todos os nascimentos tiveram lugar fora do casamento. Para o mesmo ano, 85,5% das mães sós viviam ao nível ou abaixo do limiar de sobrevivência. De acordo com investigações nacionais, constata-se que a maternidade fora do casamento é, em termos etários, muito mais precoce, o que sugere que a maternidade adolescente ou jovem é mais característica das situações de coabitação ou celibatárias.

Estas tendências demográficas e sociológicas, ainda que embrionárias e mais tardias em Portugal, verificaram-se constantes em todo o chamado mundo ocidental, e em particular nos Estados Unidos da América, onde foram objecto de inúmeros estudos e discussões. O presente trabalho do Instituto de Estudos Políticos permite reconstituir os 30 anos da experiência americana, consubstanciado em centenas de estudos nacionais, estaduais, que contribuíram para uma alteração profunda do olhar sobre a família, ao ponto de existir hoje um consenso sobre esses dados empíricos que atravessa as principais famílias políticas.



De acordo com os dados disponíveis, a monoparentalidade, quer matriarcal, quer patriarcal, no panorama familiar norte-americano, conheceu, no espaço de 30 anos, um crescimento exponencial, passando de 9,1% em 1960 para 31,7% do total das famílias americanas. Este dado, associado a outros relativos a divórcio, separações e viuvez, traduziu-se no facto de, em 1998, a percentagem de crianças que não viviam com os dois progenitores ser já de 32% no universo total das crianças.

O aumento da representatividade das tipologias familiares alternativas reflectiu-se, igualmente, no número de nascimentos fora do casamento, que, em 1999, atingiam a cifra de 1,3 milhões, ou seja, um terço do número total de nascimentos registados nesse ano. Destes nascimentos relativos a mães não casadas, 29% dizem respeito a mães com menos de 20 anos de idade.

A confirmação da vulnerabilidade da família monoparental pôde ser verificada mediante confronto com alguns indicadores sociais e económicos. O rendimento médio anual de uma família biparental equivale a mais do dobro do de uma família monoparental originada pelo divórcio e é quatro vezes superior aos rendimentos auferidos por uma mãe solteira. Os dados indicam que o rendimento gerado por uma família biparental é superior à simples soma aritmética dos recursos de dois adultos. A justificação deste último aspecto encontra-se noutros indicadores relevantes, nomeadamente nos relacionados com o capital social dos indivíduos presentes na estrutura familiar, continuando a família biparental a apresentar vantagens comparativas nesta área. A análise de dados relativos à pobreza e ao recurso a programas de assistência social veio não só comprovar a vulnerabilidade das famílias monoparentais, mas também expor a influência das políticas públicas nestas matérias.

Existem, por outro lado, correlações entre a estrutura familiar e o bem-estar das crianças. As características da estrutura familiar, o número de adultos presentes no lar, a educação dos pais, a actividade laboral dos progenitores, são tudo factores, geralmente conhecidos por “capital humano”, que influenciam o comportamento, o bem-estar, a saúde e os resultados futuros das crianças. Ao nível dos chamados “efeitos comportamentais”, os estudos indicam que, ao atingirem a idade adulta, as crianças que cresceram em famílias monoparentais evidenciam uma probabilidade três vezes superior à das crianças oriundas de famílias intactas de terem a ter filhos fora do casamento. Esta tendência também é confirmada quando se analisa as probabilidades de uma jovem vir a ser mãe adolescente tendo em consideração a estrutura familiar de que é oriunda. Neste caso, verifica-se que a tendência é três vezes superior nos casos de jovens oriundas de famílias monoparentais matriarcais em que a mãe seja solteira.

Indicadores como a disponibilidade económica e emocional e o desempenho escolar traduzem o bem-estar da criança e são inequívocos quanto às vantagens da estrutura familiar biparental estável. Em 1998, quase metade das crianças que viviam em famílias monoparentais matriarcais vivia na pobreza, o que contrasta com os 9% de crianças pobres entre as famílias biparentais com pais casados. Mesmo depois de

controladas as características sócio-económicas, verifica-se que as crianças em famílias monoparentais dispõem de menos nove horas por semana na companhia das mães do que as crianças em famílias biparentais com os pais casados. Também ao nível do apoio escolar à criança por parte dos pais, de acordo com a tipologia familiar, surge uma diferença significativa: 81% do universo das crianças oriundas de famílias biparentais, por contraposição a 56% no caso das oriundas de famílias monoparentais.

Os dados obtidos por estudos relativos à educação e à escolaridade são também reveladores. Cerca de um quarto das crianças oriundas de famílias monoparentais matriarcais reprovam pelo menos um ano durante a escolaridade, o que contrasta com os 14% das que vivem em famílias com pais casados a quem sucede o mesmo. Quanto ao desempenho escolar, 52% das crianças oriundas de famílias monoparentais matriarcais encontram-se na segunda metade da sua classe, sendo de 38% a percentagem correspondente para as crianças oriundas de famílias com pais casados. Estas tendências são reforçadas por um outro estudo relativo à probabilidade de desistência do ensino secundário, onde, uma vez mais, as crianças oriundas de famílias biparentais casadas são aquelas que estão mais salvaguardadas. A probabilidade de desistência atinge os 37% no caso das crianças nascidas fora do casamento, enquanto que, para aquelas cujos pais se mantêm casados, esse valor desce para os 13%.

Apesar de o aspecto económico ser muito relevante para a justificação destes resultados, designadamente a fragilidade económica da família monoparental, a sua explicação não se esgota nele. De acordo com diversos estudos norte-americanos realizados a nível nacional, menos de metade dos resultados negativos traduzidos no nível social e comportamental das crianças podem ser directamente atribuídos ao estatuto económico da família monoparental. As diferenças quanto ao capital social inerente à estrutura familiar revelam-se incontornáveis para a explicação e a compreensão do comportamento dos jovens.

Também a questão da ausência do pai na estrutura familiar e o seu impacto no comportamento das crianças, futuros adultos, tem sido alvo de uma intensa investigação. Alguns estudos parecem indicar uma correlação entre a ausência paterna no processo educativo e evolutivo da criança e comportamentos desviantes. Apesar de vários factores deverem ser introduzidos nesta análise – características inatas, factores sociais envolventes – a investigação em torno da relação entre os cuidados e a educação infantil e a prática de actos de delinquência produziu dados consistentes que es-

Indicadores como a disponibilidade económica e emocional e o desempenho escolar traduzem o bem-estar da criança e são inequívocos quanto às vantagens da estrutura biparental estável.



tabelecem uma íntima relação entre práticas desadequadas de prestação de cuidados infantis e fortes probabilidades de um futuro envolvimento em comportamentos de delinquência. O que torna os factores relacionados com a família e a paternidade relevantes para a explicação de actos de delinquência e criminalidade. Por forma a tentar determinar isoladamente a influência da estrutura familiar e, nomeadamente, a ausência do pai no comportamento dos jovens, foi desenvolvido, junto da população prisional jovem norte-americana, um estudo de largo espectro que, controlando o factor rendimento, verificou que os jovens oriundos de famílias monoparentais em que o pai está ausente têm o dobro da probabilidade dos jovens oriundos de famílias intactas de virem a ser presos.

No reverso da medalha, ou seja, quando a criança é a vítima, os dados parecem apontar para uma correlação entre a estrutura familiar e a ocorrência de fenómenos como o abuso ou violência, quer sobre as crianças, quer sobre a mulher. Os dados disponíveis são avassaladores e claros quanto às vantagens da familiar nuclear. A título de exemplo, no que se refere aos abusos sexuais, na comparação entre as taxas relativas a filhas de casais casados e as respeitantes àquelas que vivem com pais não biológicos, o resultado é desfavorável para estas últimas. De acordo com diferentes estudos, a taxa pode variar entre seis e 40 vezes mais. Estas taxas de probabilidade verificam-se também noutros países, como a Grã-Bretanha, onde, quando comparadas com as crianças que vivem com os pais casados, aquelas que vivem em lares em regime de coabitação e aquelas que vivem em lares mo-

noparentais matriarcais apresentam uma probabilidade respectivamente 20 vezes maior e 33 vezes maior de sofrerem abusos graves.

Foi lançado um repto aos presentes, por parte do coordenador do projecto, tendo em conta a necessidade de testar as conclusões alcançadas nos Estados Unidos da América com a experiência portuguesa.

As palavras do primeiro-ministro britânico Tony Blair na mensagem à Conferência do Partido Trabalhista são adequadas para traduzir o espírito que guiou o projecto:

Não se trata de fazer sermões às pessoas sobre a sua vida íntima; trata-se, sim, de enfrentar um enorme problema social. Os comportamentos mudaram. O mundo mudou. Mas eu sou um homem moderno, governo um país moderno e isto é uma crise moderna. Quase 100 000 adolescentes engravidam todos os anos. Há idosos cujas famílias não se dispõem a tomá-los a seu cargo. Há crianças que crescem sem referências ou modelos que possam respeitar e dos quais possam retirar ensinamentos. Há mais pobreza, e é mais profunda. Há mais absentismo escolar. Mais desprezo pelas oportunidades de educação. E sobretudo mais infelicidade. É essa infelicidade que temos de mudar. O que vos posso garantir é que todas as áreas da política deste Governo serão dissecadas para avaliar de que forma afectam a vida familiar.

Tendo em consideração o vivo e estimulante debate que a apresentação originou, este estudo que já foi publicado e se encontra, assim, disponível para o grande público, é um bom ponto de partida para futuras investigações centradas na realidade da sociedade em que vivemos. ●